



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2020-0153

BI-2020-0064

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 28/09/2020

Hora: 13:35

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: António MR. Moutinho

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

No local foi contactada a Eng.ª Ana Isabel Câmara Serpa, responsável do matadouro.

Foi realizada uma ação inspetiva em 2019-05-29, da qual resultou o relatório INSP-2019-0152, de 09 de abril de 2020.

Foi remetida notificação para regularização de infrações com a referência SAI-N-2020-0102, de 2020-04-09.

Foi realizada uma visita às instalações, para verificar o ponto de situação da regularização das infrações detetadas e notificadas.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA)

NIPC/NIF: 512021155

Sede/morada: Rua do Passal, n.º 150

Código Postal: 9501-096

Freguesia: Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Matadouro das Flores

Endereço: Estrada dos Vales nº 2

Código Postal: 9970-380

Freguesia: Santa Cruz das Flores

Concelho: Santa Cruz das Flores

Ilha: Ilha das Flores

Atividade principal: 84130 – Administração pública – atividades económicas.

Outras atividades: 10110 - Abate de gado (produção de carne)



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Período de funcionamento: Das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

Licenciamento da atividade: N.º Controlo veterinário A 87; Licença sanitária n.º 033/02; Licença de exploração industrial “Estabelecimento do tipo 1”, de 20-06-2013



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

A entidade foi notificada em 2020-04-09 (SAI-N-2020-0102), para proceder à regularização das infrações detetadas na inspeção realizada em 2019-05-29 e descritas no Relatório INSP-2019-0152.

Infrações:

- a) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos (Alvará n.º AR/2019/18), nomeadamente as constantes das alíneas:
 - 11. “Qualquer anomalia ou acidente com influência nas condições de descarga de águas residuais deve ser comunicada a estes serviços, nas 24 horas seguintes à ocorrência”;
 - 20. “As condições de descarga a respeitar no autocontrolo analítico (...)”;
 - 25. “Constituem ainda obrigações do titular da licença: (...) o funcionamento continuo e fiável dos equipamentos”.

em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de contraordenações ambientais muito graves previstas na alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

- b) A falta de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- c) Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras em violação do disposto no n.º 5, artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- d) A realização, sem título, de operação de gestão de resíduos sujeitas aos regimes de licença ou concessão (armazenamento de resíduos no local de produção, por período superior a um ano), em violação do disposto no nº 3 do art.º 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 229.º do diploma citado;
- e) Incumprimento da proibição de efetuar a mistura entre diferentes categorias de resíduos perigosos, bem como de resíduos perigosos (invólucros dos fulminantes da pistola de abate de gado 16 04 03* - outros resíduos de explosivos) com outras categorias de resíduos (foto 2), substâncias ou materiais, sendo expressamente proibida a diluição de substâncias perigosas, em violação do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na subalínea v), da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- f) O incumprimento das normas de armazenamento e acondicionamento de resíduos hospitalares, em violação do disposto no art.º 47.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ix), da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- g) O não preenchimento dentro do prazo ou o preenchimento incorreto ou incompleto dos mapas de registo de resíduos no SRIR, bem como de outra informação prestada junto do referido sistema, de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- h) O incumprimento da obrigação de manter um registo atualizado dos equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa, em violação do disposto no artigo 6º do Regulamento (CE) nº 517/2014 de 16 de abril;
- i) O incumprimento do dever de dotar os equipamentos que contenham gases fluorados com efeito de estufa em quantidades iguais ou superiores a 500 toneladas equivalentes de CO₂ com um sistema de deteção de



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

fugas que alerte o operador ou uma empresa de assistência técnica de qualquer fuga, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei nº 145/2017, de 30 de novembro;

- j) A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do diploma citado.

2.2 – Descrição da situação observada

- Relativamente às infrações descritas na alínea a), continuam a não cumprir com o VLE para o parâmetro Azoto total, no boletim de maio de 2020, o de julho por lapso não foi enviado. Informa ainda que *“no seguimento das ações realizadas para melhoramento das condições de tratamento, efetuou-se um contrato com a empresa consultora nesta matéria, tendo previsto para o próximo ano efetuar uma intervenção de fundo otimizando a estrutura existente para o tratamento”*, pelo que só em 2021, será expectável o cumprimento do VLE para o parâmetro Azoto total;
- Relativamente à infração descrita na alínea b), o operador enviou o comprovativo do envio à DRA dos boletins de maio e julho de 2020, mas o envio, continua a não respeitar o prazo bimestral. Enviou o boletim de 2020-05-19 em junho (2020-06-08), e o boletim de 2020-07-21 só foi enviado em setembro (2020-09-01);
- Relativamente à infração descrita na alínea c), passaram a dispor de recipientes para as variadas tipologias de resíduos, passando a fazer a separação de resíduos;
- Relativamente à infração descrita na alínea d), procederam ao envio das lâminas de bisturi, para operador de Gestão de Resíduos licenciado, deixando de utilizar este tipo de material;
- Relativamente à infração descrita na alínea e), passaram a proceder à separação dos invólucros dos fulminantes da pistola de abate de gado, com outras tipologias de resíduos;
- Relativamente à infração descrita na alínea f), os resíduos hospitalares foram encaminhados para OGR, e deixaram de utilizar este material;
- Relativamente à infração descrita na alínea g), no mapa do SRIR submetido em 2020-04-24, referente a 2019, as imprecisões foram corrigidas;
- Relativamente à infração descrita na alínea h), a entidade elaborou um registo dos equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa;
- Relativamente à infração descrita na alínea i), o arranque do sistema para a detenção de fugas estava agendado para a semana de 6 a 9 de outubro. Segundo informação da Eng.ª Ana Serpa, está instalado e operacional desde 06 de outubro;



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

- Relativamente à infração descrita na alínea j), a Eng.ª Ana Serpa informou que continua a aguardar o parecer do gabinete jurídico.

2.3 – Outras informações obtidas

Em 30 de novembro de 2020 a Eng.ª Ana Serpa enviou por email um parecer do gabinete Jurídico, que informava, que o estabelecimento não está sujeito à constituição de garantia financeira que permitisse assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, uma vez que não se tratava de uma instalação sujeita a licenciamento ambiental (n.º 1 do anexo III do DL nº 147/2008, de 29 de julho).

Em contacto telefónico no dia 2020-12-02, com a Dr.ª Daniela Medeiros Teves, que elaborou o parecer, foi esclarecido que o que se estava a solicitar era a garantia financeira por serem detentores de uma licença de descarga de águas residuais, conforme previsto no nº 5 do anexo III do DL nº 147/2008, de 29 de julho.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos (Alvará n.º AR/2019/18), nomeadamente a constante da alínea:
 - 21. “As condições de descarga a respeitar no autocontrolo analítico (...)”, nomeadamente o VLE para o parâmetro Azoto total;em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de contraordenações ambientais muito graves previstas na alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- b) A falta de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- c) A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do diploma citado.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: